

9

Princípios, mecanismos, critérios, parâmetros, motivações e efeitos da gramaticalização

9.1

Conceituação da gramaticalização e seu lugar dentro da Teoria da Variação

Classicamente, a Gramaticalização ocorre dentro daqueles processos acima apontados por Meillet, Kurylowicz e Givón (dentre outros). É preciso ter em mente que o processo pelo qual um item se gramaticaliza leva em consideração alguns princípios (ou parâmetros, como leis, que, portanto, são gerais), conserva mecanismos que permitem a verificação, possui critérios teóricos preestabelecidos, obedece a parâmetros gerais e, por fim, a motivações cognitivas e linguísticas que surtem efeitos na estrutura e no sistema do idioma.

Neste capítulo, tentar-se-á mostrar tais categorias em seus pontos mais preeminentes, partindo-se da conceituação, exposta em capítulo acima, e de formulações mais profundas sobre o tema em questão.

Heine & Reh, In. Traugott & Heine (1991b), sintetizam a formulação da gramaticalização nos seguintes pressupostos:

quanto mais uma unidade linguística adentra o processo de gramaticalização:

mais perde em complexidade semântica, significado funcional e/ou valor expressivo;

mais assume significância pragmática e ganha em significância sintática;

mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;

mais sua variabilidade sintática decresce, ou seja, mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros;

mais se coalesce semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;

mais perde em substância fonética. (Loc. Cit)

Hopper & Traugott (1993, *apud* Moura Neves, 1997, p. 126), propõe princípios com o objetivo de complementar a caracterização feita por Lehmann³⁸ (1982 e 1985), que aponta cinco tendências presentes no processo de Gramaticalização: 1) paradigmática: ordens tendem a se organizar em paradigmas; 2) obrigatorização: formas tendem a se tornar obrigatórias; 3) condensação: formas tendem a se tornar mais curtas; 4) aglutinação: formas adjacentes tendem a aglutinar-se; e 5) condensação: ordens tendem a se tornarem presas em vez de livres. Para Hopper & Traugott (op. cit.), há também questões como 1) estratificação: num domínio funcional mais abrangente, novas camadas emergem ininterruptamente, e convivem sem se descartarem necessariamente; 2) divergência: quando o item lexical se gramaticaliza num clítico ou num afixo, a forma lexical original permanece como elemento autônomo; 3) Especialização: quando a gramaticalização ocorre, as variedades de escolhas formais se estreitam, e um número menor de formas atinge significados semânticos mais gerais; 4) persistência: quando há gramaticalização de uma forma, algumas características de seu traço lexical original tendem a permanecer e aderir à nova forma gramatical, e pormenores de sua história linguística podem, também, refletir-se na sua distribuição gramatical; 5) decategorização: formas em processo de gramaticalização podem neutralizar as características morfológicas de nome e verbo, e assumir caracteres de categorias secundárias, como adjetivo, particípio, preposição, conjunção etc.

Assim, por exemplo, cita-se o exemplo do nome latino “mente”, que sofre redução fonológica, torna-se átono, cliticizando-se e passando a depender do adjetivo a que se liga. Para alguns autores, a redução fonológica é, pois, um dos critérios mais visíveis da gramaticalização (Castilho, 1997). Dentro do mesmo exemplo, contudo, há autores que consideram que não se trata de um processo de Gramaticalização, mas de um processo de composição lexical, pois, para eles, o item “mente”, embora se veja preso ao adjetivo para formar advérbios, não perde seu conteúdo e seu estatuto lexical.

Moura Neves (2004, p.122) estabelece os seguintes critérios para a aferição da gramaticalização (deve-se ressaltar que nem sempre todos os critérios são encontrados no fenômeno da gramaticalização, havendo

³⁸ Os parâmetros de Lehmann e Hopper serão estudados abaixo (respectivamente em 9.4 e 9.5) pormenorizadamente, segundo as fontes de suas próprias obras e de obras outras que versam sobre suas repercussões e modos de encarar o processo de gramaticalização.

necessidade, entretanto, de conjugação de mais de um deles para que a aludida mudança ocorra):

a) perda na complexidade semântica com ganho na significação sintática; b) perda pragmática com ganho na significação sintática; c) diminuição de membros num mesmo paradigma sintático; d) diminuição na variabilidade sintática, com maior fixidez na ordem; e) obrigatoriedade de uso em determinados contextos, com proibição de uso em outros; f) coalescência semântica, morfossintática e fonética com outra(s) unidade(s); g) perda de substância fonética.

A gramaticalização ainda pode alcançar níveis de análise sincrônico (os que foram até aqui evidenciados privilegiaram esta perspectiva) ou diacrônico. Do ponto de vista diacrônico, são muito importantes as contribuições tanto dos Formalistas quanto dos chamados Estruturalistas Diacrônicos (Escola fundada por Trubetskoy, Bühler, Jakobson e o Círculo de Praga, adquirindo muito adeptos posteriormente), e deve-se dar especial relevo à Sociolinguística Variacionista.

Assim, a pergunta será de que modo o sistema muda ao longo da história, sem alterar drasticamente sua função estrutural que é, antes de tudo, a de representação (ou, como quer Bühler, *Darstellung*) (Caetano, 2008, p. 16).

Assim, aquelas etapas acima citadas (que levam do ostracismo à mudança implementada) seriam os seguintes, parafraseando Tarallo (1999, p. 73):

9.1.a) **Fatores condicionadores:** o que distingue mudanças possíveis e mudanças impossíveis no sistema linguístico?

9.1.b) **Encaixamento:** de que modo a mudança se encaixará no seu entorno social e linguístico?

9.1.c) **Avaliação:** de que modo os membros da comunidade linguística avaliam a mudança e que impacto essa avaliação tem sobre a mudança?

9.1.d) **Transição:** de que modo e por que caminhos e trajetórias a língua efetivamente sofre mudança?

9.1.e) **Implementação:** quando, onde e por que ocorre certa mudança?

Complementando esse construto, outra pesquisadora, citando Coseriu, relembra que o pesquisador distingue três problemas.

- O problema universal da mudança linguística: *Por que* – ou melhor, para que – as línguas mudam?
- O problema geral: *Como* as línguas mudam em geral?
- O problema histórico: *Sob que condições* ocorre uma determinada mudança linguística? (Schlieben-Lange, 1994, p. 225)

Seguindo-se esses passos, comprovar-se-ão mudanças ao longo da História, e, ainda, poder-se-á dizer por que essas mudanças se deram efetivamente. O passo teleológico – para quê – tem a ver com a noção de funcionalidade diacrônica instaurada com o Círculo de Praga, já que, repetindo suas palavras, a função da estrutura de uma língua é manter-lhe o sistema, ainda que para isso a estrutura precise mudar.

Essa mudança, parece claro, é a que igualmente fomentará o continuum no processo de Gramaticalização.

Seguindo-se esses passos, comprovar-se-ão mudanças ao longo da História, e, ainda, poder-se-á dizer por que essas mudanças se deram efetivamente. O passo teleológico – para quê – tem a ver com a noção de funcionalidade diacrônica instaurada com o Círculo de Praga, já que, repetindo suas palavras, a função da estrutura de uma língua é manter-lhe o sistema, ainda que para isso a estrutura precise mudar.

De volta ao presente, é famoso o exemplo de Tarallo que aponta, no português contemporâneo do Brasil, a coexistência de três variantes: uma padrão e duas não padrão no uso de pronomes relativos em frases que requerem, segundo prescrição gramatical, uso de preposição fomentada por regência obrigatória na sintaxe em questão:

- (1) Este é o homem com quem eu falei ontem
- (2) Este é o homem que eu falei com ele ontem.
- (3) Este é o homem que eu falei ontem. (Tarallo, 1999, p. 74)

O que se pode deduzir com base nesses dados é que, se houver avaliação positiva de parte substancial da comunidade linguística, em dado momento, passando por uma transição, as variantes 2 e 3 podem vir a se consagrar mesmo nos compêndios gramaticais, deixando de ser estigmatizadas

ou distensas (como o são atualmente) e prorrompendo no mesmo ecúmeno da variante número 1, que, hoje, é a única normativamente aceita. E isso comprova a existência da mudança linguística como formadora (e não deformadora) do sistema funcional de um idioma através do tempo.

O próprio Evanildo Bechara, chega a afirmar:

Que a língua portuguesa não estava parada no tempo e no espaço, e que havia variações idiomáticas entre os homens – consoante seu grau de instrução, sua idade, seu ambiente profissional, não faltando ainda observações quanto a diferenças de sexo e até possíveis influências de condições climáticas na formação dos idiomas – era fato consabido entre os gramáticos e filólogos do passado. (Bechara, 1985, p. 11)

É sobremaneira fecundo o campo das gramaticalizações para comprovar-se este fenômeno linguístico da mudança e o quão compatível ele é à noção de estrutura, sistema e função de um idioma.

9.2

Princípio e critérios de aferição da gramaticalização

Além dos critérios apontados no subitem acima, a gramaticalização obedece, embora não consensualmente, dependendo da linha de pesquisa e da forma como a identificação da gramaticalização é empreendida, a um princípio: o da unidirecionalidade.

Embora as críticas à unidirecionalidade sejam, em sua maioria, aos que adotam esse princípio conjugado obrigatoriamente à irreversibilidade, há também críticos que apontam que ocorre, em gramaticalização, na verdade, uma “poligramaticalização” (Craig, 1991), que sugere que os caminhos são múltiplos, e entendem a gramaticalização, pois, como um epifenômeno (Newmeyer, 2001, p. 202). Os casos empíricos apontados pelos autores que esposam tal tese são judiciosos.

No entanto, defender-se-á, nesta pesquisa, a unidirecionalidade como princípio diretor da gramaticalização, seguindo, além dos autores e teses que

serão abaixo explicitadas, os passos de Hopper & Traugott (1993, p. 112, apud, Gonçalves et al., 2007, p. 62), para quem

O desenvolvimento para domínios gramaticais diferentes, via caminhos tão múltiplos, conforma-se à unidirecionalidade, uma vez que as formas resultantes são mais gramaticais (abstratas, reduzidas, generalizadas) do que as formas originais.

Ademais, neste subitem, procurar-se-á o aprofundamento sobre alguns critérios ou mecanismos que levam o estudioso à conclusão de que determinado item está gramaticalizado ou em gramaticalização.

A unidirecionalidade é o princípio pelo qual certos itens (lexicais ou menos gramaticais) tendem, num continuum, a deslizar a itens gramaticais ou mais gramaticais. No entanto, não se deve confundir unidirecionalidade com uma suposta irreversibilidade, pois, muitas vezes, ocorre mesmo sincretismo do item em tela, que opera tanto no nível lexical ou menos gramatical, em dados contextos, quanto num nível gramatical ou mais gramatical, em outros.

Assim sendo, o princípio da unidirecionalidade aponta para linhas demarcadas, identificadoras e verificadoras do processo de gramaticalização, sem que, com isso, repita-se, esteja-se dizendo que o item gramaticalizado ou em gramaticalização não poderia, porventura, continuar ocorrendo em formas lexicais ou menos gramaticais.

Desse modo é que a unidirecionalidade ocorre nos cinco níveis linguísticos em que a gramaticalização, grosso modo, poderá ocorrer: o fonético/fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático, como ficou esboçado acima.

Pode-se, na esteira de Heine *et al.* (1991 a) e Gonçalves *et al.* (2007) criar o seguinte quadro, que inter-relaciona os níveis em que ocorre gramaticalização, a mudança unidirecional e o processo obtido.

Quadro 1- Unidirecionalidade e processo na gramaticalização segundo cada parte da gramática normativa

Nível	Mudança unidirecional	Processo
Fonologia	Mais material fonológico > menos material fonológico	Redução fonológica
Morfologia	Lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	Recategorização (morfologização)
Sintaxe	Menor coesão > maior coesão	Reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
Semântica	Concreto > abstrato	Dessemantização, processos metafóricos
Pragmática	Estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	Sintaticização

Fonte: Gonçalves et al. , 2007, p. 37.

As críticas mais pesadas que recaem sobre o princípio da unidirecionalidade advêm, tácita ou explicitamente, de autores que parecem inter-relacionar unidirecionalidade a irreversibilidade do processo, o que, como ficou acima exposto, não é o por que propugna a tese desta dissertação. Em outras palavras, se se conceber a unidirecionalidade como o caminho que faz com que a mudança em questão seja identificada como gramaticalização, e não outra mudança qualquer (pois nem toda mudança é gramaticalização, mas toda gramaticalização é mudança, cf. Ramat e Hopper, 1998; Hopper e Traugot, 1993), então o princípio, além de eficaz, descreve com muita clareza os critérios básicos para que um item se gramaticalize, como está explícito na tabela acima.

Assim, a unidirecionalidade aponta a via cabível à constituição da gramaticalização, sendo genericamente descrita como [item lexical] > [item gramatical] > [item + gramatical], obedecendo às especificidades dos níveis em que estiver operando (fonológico, morfológico etc.), em, entretanto, precisar obedecer a um suposto critério de irreversibilidade. Com essa postura, muitas críticas feitas ao processo se desvanecerão.

9.3

Motivações para a gramaticalização: analogia, reanálise e iconicidade

9.3.1

Analogia

As motivações linguísticas que serão ora expostas precedem o princípio da unidirecionalidade. Em outras palavras, elas antecedem os caminhos unidirecionais expostos na tabela acima, ou, de modo lato, são as causas para que aqueles caminhos sejam os identificáveis no fenômeno da gramaticalização.

A analogia é uma atração por formas que já existem no sistema (paradigma) da língua, estendendo-se a outras formas que são semelhantes. Pode-se entender a analogia, portanto, como o caso em que funções semelhantes são dadas a formas diferentes. Analogia não é, pois, sinônimo de igualdade, uma vez que as formas permanecem distintas, mas passam a desempenhar funções semelhantes.

A analogia é o *modus operandi* da gramaticalização por metonímia, embora também ocorra na metáfora.

Em língua portuguesa, por exemplo, à medida que um item lexical se torna pronome (categoria gramatical), há uma tendência à redução fonética paulatina. Isso explica porque os clíticos são monossilábicos no atual estado da língua e porque as pessoas gramaticais são, no máximo, dissilábicas.

Assim, foi por analogia, ou por gramaticalização por metonímia, que a forma “Vossa Mercê”, pronome de tratamento, foi se reduzindo foneticamente para “vosmecê”, “você” (chegando ao dissilabismo quando a mudança efetivamente o implantou como pessoa gramatical ou pronome reto, e não mais como pronome de tratamento³⁹), e, no português atual, consagrando-se pragmaticamente ainda mais como pronome reto ao cunhar as formas “ocê” e “cê”, finalmente monossilábica.

³⁹ Note-se que o pronome reto é item mais gramatical que o pronome de tratamento, apontando a unidirecionalidade da gramaticalização.

(9.3.1.a)

Há de surgir
 Uma estrela no céu
 Cada vez que ocê sorrir
 Há de apagar
 Uma estrela no céu
 Cada vez que ocê chorar (Gilberto Gil, 2010. Grifamos)

(9.3.1.b) É sobre-humano amar,

‘cê sabe muito bem [...] (Miguel Wisnick, 2010. Grifamos)

Também a passagem de advérbios funcionando como adjetivos, o que se pode perceber pelas flexões de gênero e número, próprias dos adjetivos e não dos advérbios, indica a analogia, por usar flexões já existentes no paradigma, quais sejam as de gênero e número citadas.

Assim é que se podem encontrar formas como “Ela está *meia cansada”, ou formas já aceitas pela Norma Culta como “Ela está toda cansada”. Em ambos os casos, trata-se de advérbios de intensidade⁴⁰, funcionando, contudo, como adjetivos (por causa da variação flexional).

Deve-se salientar que, como aliás foi dito mais de uma vez, nem toda mudança pode ser considerada gramaticalização. Assim, por exemplo, a tendência que há, em alguns dialetos falados, de conjugar-se o verbo “haver” impessoal, imaginado-se que o objeto direto é o sujeito da oração (cf. *“Haverão pessoas”), não pode ser considerado gramaticalização, pois a mera constatação de mais ou menos conjugação verbal não é suficiente para se identificar ou constituir a gramaticalização. Poder-se-ia, apenas lato sensu, falar em analogia linguística, mas não aquela que motivou a unidirecionalidade imprescindível à gramaticalização, já que não houve passagem de item lexical a gramatical, nem de item gramatical a mais gramatical, senão, apenas, operação cognitiva, dentro do paradigma da língua, de formas preexistentes mais corriqueiras no sistema do idioma.

⁴⁰ A maioria dos gramáticos aceita a forma “todo”, embora variável, como advérbio, exatamente por poder, estruturalmente, ser permutada ou comutada com a forma “totalmente”. Amiúde se considera o “todo” (e flexões) como pronome indefinido quando este antecede o outro pronome, cf. “Todas elas estão cansadas”, ou o sucede contigualmente, cf. “Elas todas estão cansadas”, e não quando se antepõe imediatamente ao adjetivo.

Poder-se-ia considerar como caso de gramaticalização que não se fixa no idioma (uma hipótese de gramaticalização usada na linguagem de crianças⁴¹ ou estrangeiros aprendendo uma segunda língua) fatores que tendem a tornar homogêneo tudo o que há de heterogêneo, irregular ou supletivo (Rolim de Freitas,) numa língua. Assim é que ocorre, amiúde, formas como:

(9.3.1.b) **“Eu sabo”*

(9.3.1.c) **“Eu cabo”*

Em que, por analogia com o radical regular mantido no presente do indicativo, P1 do singular, em grande parte dos verbos da língua portuguesa (cf. “eu amo”, “eu bebo”), opera-se com os verbos acima, mantendo-se-lhes, igualmente, o radical do infinitivo: sab- e cab-. Deles, extrai-se a vogal temática (-e-) e coloca-se-lhes simplesmente a DNP -o, da P1 singular do presente do indicativo, sem qualquer alteração supletiva. Esse poderia ser analisado como caso de gramaticalização porque 1) operou por analogia com o paradigma preponderante (os verbos regulares) e 2) tornou mais genérica (“regularizou”) uma forma que era mais específica (característica do supletivismo).

9.3.2 Reanálise (por abdução)

Trata-se da recategorização de uma forma linguística, que, do ponto de partida cognitivo, caminha de um conceito para outro dentro das categorias gramaticais ou de fora delas para dentro de uma delas.

Antes de tudo, convém explicitar o que vem a ser o conceito de “abdução” e sua ligação com a “reanálise”, que não são termos sinônimos, mas

⁴¹ Se há autores que caracterizam o fator [-coesão] > [+coesão] exatamente na passagem da linguagem infantil para a adulta (cf. demonstrado acima), não parece inadequada a análise de casos que ocorrem durante o estágio de aquisição inicial de um idioma, seja nas crianças, seja nos estrangeiros.

correlacionados, uma vez que, como se demonstrará, a abdução leva á reanálise.

Para Peirce, que será mais bem evocado para o estudo da iconicidade diagramática (9.3.3), abdução está caracterizada no seguinte trecho:

Accepting the conclusion that an explanation is needed when facts contrary to what we should expect emerge, it follows that the explanation must be such a proposition as would lead to the prediction of the observed facts, either as necessary consequences or at least as very probable under the circumstances. A hypothesis then, has to be adopted which is likely in itself, and renders the facts likely. This step of adopting a hypothesis as suggested by the facts is what I call abduction. (Peirce, 1932-1963 §7.202)⁴².

Pode-se inferir, portanto, que a reanálise é um fenômeno de abdução por constituir uma hipótese que, embora contrária a certa expectativa linguística possível, apresenta-se como exequível após minuciosa pesquisa e busca de premissas e causas que a tornem plausível.

É o caso do arcaico “El que”, corriqueiramente ligado a substantivos ou pronomes, que, com o tempo, tornou-se a expressão denotativa de realce “é que”⁴³. Isso explica, inclusive, o motivo pelo qual não se conjuga a forma “é”, que, originariamente, não era um verbo, mas um pronome: cf. “Eu é que fiz isso”.

Observe-se que, no exemplo acima, agora por analogia, como a forma “é” ficou idêntica, foneticamente, ao verbo “ser” conjugado, quando houver oração clivada, a expressão “é que”, que deveria ser fixa, passa a conjugar o verbo: cf. “Fui eu que fiz isso”.

Assim, apesar de a recategorização constituir um fenômeno linguístico sobremaneira sofisticado, o que poderia sugerir ser ela infensa ao ambiente discursivo linguístico distenso em que frequentemente ocorre, sua explicação parece passar por um fator cognitivo não consciente por parte do utente do idioma (sua causa), embora sua consequência seja uma reorganização sintagmática e paradigmática extremamente racional e estruturalista no âmbito da gramática.

⁴² Tradução: Se aceitarmos a conclusão de que uma explicação é necessária quando surgem fatos contrários ao que deveríamos esperar, conclui-se que a explicação deve ser uma proposição que levaria à previsão dos fatos observados, quer como consequência necessária, quer como algo pelo menos muito provável sob as circunstâncias que se têm. Uma hipótese, algo provável, então, tem de ser adotada, a fim de, por si só, tornar os fatos prováveis. Este passo de adotar uma hipótese, tal como sugerido pelos fatos, é o que chamo de abdução.

⁴³ Informação fornecida por Evanildo Bechara, em aula na UERJ, em 2000.

9.3.3 Iconicidade

As relações icônicas são as que contradizem, ainda que parcialmente, o princípio da arbitrariedade linguística exposta por Saussure, e acima explicitada nesta dissertação. Assim, as relações linguísticas e suas representações não são imotivadas.

O caso que interessa à gramaticalização é a motivação por iconicidade diagramática, termo que remete a Peirce (1932-1963). Para ele (apud Gonçalves et al, 2007):

[u]m diagrama é um signo complexo que representa um conceito também complexo, de forma a haver, contudo, uma correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama não necessariamente se assemelham às partes do conceito correspondente. Mais do que um ícone de seus referentes, essas partes podem ser um símbolo. (Gonçalves et al, 2007, p. 50-51)

O exemplo mais comum para iconicidade diagramática na língua é o fato de as narrativas, sem aspirações literárias ou peremptoriamente comunicativas e referenciais, tenderem a mostrar os fatos no sintagma na ordem em que eles ocorreram.

Givón (1979, p. 30, *apud* Moura Neves, 2004, p. 104) define os princípios de iconicidade como os “princípios que governam as correlações naturais entre forma e função”.

Ainda é Moura Neves (*loc.cit.*) quem afirma:

A consideração de uma motivação icônica implica admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível da radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual.

Assim, poder-se-ia dizer que a iconicidade agrupa em um único vocábulo, recategorizado gramaticalmente, ideias que provêm de locuções ou de sequências originárias, como é o caso de “tão bem” > “também”, “tão pouco” >

“tampouco”, “com tudo” (adversativo) > “contudo”, “em boa hora” (temporal) > “embora” (concessivo)⁴⁴.

9.4

Os parâmetros de Lehmann

Lehmann (1995 [1982]) definiu a gramaticalização sob os pontos de vista de Meillet (1948 [1912]) e Kurylowicz (1975 [1965]) simultaneamente: trata-se do processo pelo qual um lexema desliza gradativamente a um formativo gramatical e pelo qual um formativo gramatical desliza a um formativo mais gramatical. O estudo sobre o que torna um item mais gramatical, numa escala de gradações bem definidas e imprescindíveis à detecção e descrição do fenômeno em pauta, foi apresentado nos capítulos acima.

Lehmann, voltando a Ferdinand de Saussure e aos pilares básicos do Estruturalismo – paradigma/sintagma – estabelece uma distribuição cartesiana de três aspectos divididos nas duas pedras-de-toque do Estruturalismo acima aludidas. Os aspectos ou parâmetros de Lehmann, divididos no sintagma e no paradigma segundo a visão saussuriana de sistema interno da língua (formalista), acrescidos da necessária inserção das forças externas (funcionalistas) são o PESO, a COESÃO e a VARIABILIDADE. De acordo com o eixo em que esses parâmetros se encontram (sintagmático ou paradigmático), eles ganham nomenclaturas próprias à sua especificidade capaz de tornar apreensível a gramaticalização.

Assim, o quadro, cartesianamente subdividido de Lehmann, encontra-se na página 164 (op. cit.) de seu livro, e na página 71 (com adaptações) de Gonçalves et al (2007). Abaixo, reproduz-se o quadro da obra original de Lehmann, com adaptações feitas de nossa parte, e comentários/exemplos também colacionados por nós.

⁴⁴ Acima, foi demonstrado que o caráter temporal é mais lexical (ou menos gramatical) que o caráter concessivo, já que este último é mais abstrato cognitivamente que aquele primeiro. Assim sendo, a passagem [tempo] (>[condição]) > [concessão] é caso patente de gramaticalização.

9.4.1 Eixo Paradigmático

Quadro 2- Peso, coesão e variabilidade no eixo sintagmático

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Integridade)	Item provavelmente polissilábico, com preeminência de traços semânticos	Atrição fonológica Ou erosão fonética ⁴⁵ por causa da dessemantização ou <i>bleaching</i> semântico ⁴⁶	Item provavelmente dissilábico > monossilábico, com raros traços semânticos ou extralingüísticos
COESÃO (Paradigmaticidade)	Correlação e participação “frouxa” do item em dado campo semântico	Paradigmatização	Item integra paradigma pouco vasto e muito inter-relacionado a outros do mesmo paradigma
VARIABILIDADE (Variabilidade paradigmática)	Liberdade de escolha dos itens, segundo intenções pragmáticas de comunicação	Obrigatorização ou obrigatoriedade	Escolhas cada vez mais sistematicamente restritas > uso cada vez mais obrigatório > zero

Fonte: Lehmann, 1982, p.164

Repare-se que, para Lehmann, mesmo a Gramaticalização Avançada não estanca o processo. Assim, mesmo itens altamente gramaticalizados podem deslizar no *continuum* que caracteriza o processo. Dessa maneira, para autores como ele, a Gramática de uma língua é um inventário em constante mudança e variabilidade. Assim, por exemplo, Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua é sempre mutável, emergente, já que sempre surgem novos valores, funções, usos, para formas/funções preexistentes. Os critérios de Hopper parecem querer esboçar com mais nitidez o grau [-gramaticalizado] > [+gramaticalizado], propondo-se ir além de Lehmann (1995 [1982]) e de Heine & Reh (1984). Esses parâmetros serão vistos no item 9.5, abaixo.

⁴⁵ “Erosão fonética” é expressão preferida por Heine et al. (1991a).

⁴⁶ Na verdade, embora, neste quadro, a dessemantização esteja apresentada como CAUSA das atrição ou erosão, não se estabelece, com muita clareza, a linha real de causalidade/consequência, isto é, pode ser que a atrição cause a dessemantização em alguns casos, assim como, em outros, o oposto é que se demonstra.

Também há que se notar que Lehmann salienta a correlação e interdependência entre os itens. No entanto, ele assume que se possam estudar esses aspectos de modo isolado, enfatizando-se um ou outro, sem que, com isso, repita-se, seja possível o isolamento completo, dada a interconexão complexa entre eles.

9.4.2 Eixo Sintagmático

Quadro 3- Peso, coesão e variabilidade no eixo paradigmático

Parâmetros (aspectos)	Gramaticalização (GR) iniciante	Processo ou curso de gramaticalização	Gramaticalização (GR) avançada
PESO (Escopo, objetivo, meta)	Relação de um item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra > o radical > a raiz
COESÃO (Conexão ou conexidade)	Independência de justaposição do item	União ou coalescência	Item é afixo ou morfema redundante ⁴⁷ (geralmente traço fonológico)
VARIABILIDADE (Variabilidade sintagmática)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item passa a ocupar posições cada vez mais fixas ⁴⁸

Fonte: Lehmann, 1982, p. 164.

É importante observar-se, também, que, no eixo paradigmático, os três aspectos centrais da teoria de Lehmann apontam para baixa gramaticalização, ao passo que, inversamente, quando no eixo sintagmático, os parâmetros do mesmo autor revelam graus mais elevados de gramaticalização.

⁴⁷ Como salienta Rolim de Freitas (), o plural metafônico é exemplo de categoria gramatical em que o plural se dá por mais de um morfema: a desinência de número e a abertura do timbre (traço morfêmico fonológico), constituindo, este último morfema, uma redundância à categoria de número, presente em alguns vocábulos da língua portuguesa (além de ocorrer na língua alemã – o *Umlaut* –, na língua inglesa, francesa, espanhola e outras)

⁴⁸ Quanto menos fixa a posição dentro do sintagma, tanto menor é o grau de gramaticalização. A esse respeito, Rocha () defende a tese de que alguns dos itens atualmente arrolados na gramática como conjunções coordenativas são, na verdade, itens ainda em processo de gramaticalização, dentre outros fatores, exatamente pelo fato de não estarem em posição rigorosamente e obrigatoriamente fixa no sintagma oracional a que pertencem.

9.5

Os princípios de Hopper

Hopper (1991) traz importante contribuição empírica no início da década de 90 do século XX, ao esmiuçar a gradação da gramaticalização, definindo etapas nomeadas por ele como 1) *estratificação*; 2) *divergência*; 3) *especialização*; 4) *persistência* e 5) *descategorização*. Os princípios de Hopper foram fartamente utilizados para explicar a gramaticalização da forma *a gente*, que, no português brasileiro, compete com a forma não-marcada pronominal *nós*.

9.5.1

Estratificação

É exatamente o princípio que apregoa que as formas que deslizam de itens lexicais a itens gramaticais e destes últimos a itens mais gramaticais não necessariamente se excluem na língua. Além disso, pelo princípio da estratificação, que aparece como primeiro estágio de apreensão possível de gramaticalização, todo item, mais ou menos gramaticalizado, competiu e conviveu, em algum estágio histórico do processo, com outros itens com formas-funções correspondentes.

Dessa maneira, itens em gramaticalização permanecem, por tempo cuja previsibilidade nenhum autor tenta estabelecer, com itens já existentes. Assim, em muitos casos cabe a distribuição de um item ou outro para dialetos específicos da língua, como, por exemplo, de mais prestígio, tensos, distensos, familiares, de variação etária, geográfica e todas as variações que pertencem, por via de regra, ao estudo discursivo próprio da Sociolinguística Variacionista.

9.5.2 Divergência

Por este princípio, quer-se demonstrar que o item-fonte originário, em permanecendo incólume em sua função peremptoriamente semântica ou manos gramatical, pode sofrer novas variações, mantido o seu status de origem. Isso implica, até, que o item-fonte possa, a par dos ramos de gramaticalização (itens-meta) que tenha gerado, gerar novos itens e novos processos de gramaticalização.

O próprio item *a gente*, para que este trabalho contribua com um exemplo, a par de manter seu estatuto de substantivo coletivo (item semântico), coexistindo com sua função de pronome, que compete com *nós*, como foi mostrado na estratificação acima, também deu origem à conjunção *gente!*, que procura, em geral, interpelar um conjunto de pessoas a acalmarem-se ou aquietarem-se. Neste último caso, o uso pragmático do item, inventariado numa classe gramatical (interjeição, e não mais pronome), demonstra o processo, ainda que incipiente, de gramaticalização, de forma plena (substantivo, do inventário aberto, lexicográfica) a forma restrita (interjeição, do inventário fechado, gramaticográfico).

Não se poderia dizer que a interjeição *gente!* Tenha sido uma gramaticalização posterior do uso pronominalizado de *a gente*. Tal afirmação não passaria de especulação, de empirismo rasteiro, de tergiversação infundada. Mais correto é afirmar-se que *gente!* (interjeição) e *a gente* (competindo com o pronome *nós*), vieram, por divergência, do item semântico *gente* (substantivo coletivo)

Essa dupla gramaticalização de uma mesma forma-fonte exemplifica o princípio da divergência de Hopper.

(9.5.2.a) *gente* (= povo) > *a gente* (= nós)

(9.5.2.b) *gente* (= povo) > *gente!* (= “acalmem-se!”)

9.5.3 Especialização

Por esse princípio, observa-se que, à medida que a forma se gramaticaliza, há a tendência a seu uso cada vez mais específico, restrito, o que converge com a noção de obrigatoriedade e fixidez inerente à gramaticalização.

Do ponto de vista diacrônico, para dar-se um exemplo, o deslizamento de “haver” significando “ter”⁴⁹, pedindo um objeto direto, o que tornava o verbo “haver” uma forma plena, esvaneceu-se a tal ponto que, hodiernamente, o verbo “haver” aparece em português basicamente como auxiliar (verbo copulativo) ou como verbo impessoal (indicando tempo e sendo sinônimo de “ocorrer”, “acontecer”, “existir”). O fato de a forma-fonte ter-se esmaecido, dando guarida às formas gramaticalizadas, cada vez mais restritas semanticamente e funcionalmente, demonstram o princípio da especialização.

9.5.4 Persistência

Aqui, como na divergência, observa-se a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte originária nas formas gramaticalizadas ou em gramaticalização.

Assim, para dar-se um exemplo, quando um verbo, em dado contexto, funciona como verbo auxiliar, ele poderá guardar o significado originário, tornando-o persistente tanto no item lexical quanto no item gramatical. É o caso de “querer”, em sequência como “Eu quero beber água”. A forma semântica mais plena no enunciado encontra-se em “beber”. No entanto, o verbo auxiliar da perífrase (“querer”) mantém seu estatuto semântico primordial de volição, desejo, vontade.

⁴⁹ Cujo processo será mostrado no capítulo de “Estudo de casos concretos, parte I, análise diacrônica de alguns fatos da língua portuguesa.”

9.5.5 Descategorização

As formas, quanto mais gramaticais se tornam, menos semânticas tendem a apresentar-se. Assim, verbos deixam de expressar ações independentes (tornando-se auxiliares, ou copulativos, ou alguns impessoais), nomes deixam de estabelecer noções extralinguísticas e assim por diante. Com isso, as formas gramaticalizadas ou em gramaticalização vão perdendo as prerrogativas de nomes, verbos e outras formas plenas e vão passando a assumir localizações (tópicos) cada vez mais rígidas e imutáveis no sintagma, podendo chegar a zero, como se demonstrou várias vezes.

Há que observar, entretanto, que o termo “descategorização”, para Hopper (op.cit.), diz respeito a uma descategorização semântica, mas com um aumento simultâneo de categorização gramatical. Há, portanto, uma possível polissemia no termo “descategorização”, uma vez que, por via de regra, a palavra “categoria” tende, nos estudos sobre gramaticalização, a apontar para traços gramaticais, e não semânticos. Assim sendo, o que ocorre na descategorização semântica é, na verdade, uma categorização *stricto sensu*, ou uma recategorização gramatical, termo que já foi agasalhado inúmeras vezes, exatamente por ater-se à especificidade da terminologia à indicação de categorias gramaticais.

Assim, é muito comum que palavras gramaticalizadas percam, completamente, o traço etimológico que as gerou, por um princípio de descategorização (semântica). É o caso, já perquirido de “em boa hora” (tempo) > “embora” (concessão). Repare-se que [tempo] > [concessão] indica gramaticalização por abstratização, e, outrossim, houve atrição fonológica (no eixo paradigmático, analisado acima por Lehmann, 9.4.1 1995 [1982]) ou condensação (no eixo sintagmático, Lehmann 9.4.2, [op.cit.]).